**EIXO TEMÁTICO:** Biotecnologia, Inovação e Saúde.

**Dificuldades de acesso ao aborto em contextos de interrupção legal da gravidez: uma revisão de literatura**

PIRES, S. B.1; MONTEIRO, M. S. 1; MARTINS, J. V. P.1, CÂNDIDO; M. C. S.1; KUR, C. B.1; OLIVEIRA, E. C. T. 2; ARAÚJO, M. D. P.²

1 Centro Universitário Cesmac, Discente do Curso de Medicina

2 Centro Universitário Cesmac, Docente do Curso de Medicina

E-mail do apresentador: stefanie0pires@gmail.com

**Introdução:** No Brasil, o Código Penal de 1940 permite, em casos excepcionais, a interrupção da gravidez sem punição do médico que realiza o procedimento, como em casos de gestação decorrente de violência sexual e quando há risco de morte materna. Em 2012 decidiram ampliar essa permissividade também nos casos de anencefalia. A grande questão enfrentada por mulheres asseguradas deste direito, é a dificuldade de acesso ao aborto em questões legais, e quanto a encontrar um profissional que aceite a realização do procedimento sem ferir seus princípios. **Objetivo:** Compreender as dificuldades de acesso ao aborto em contextos de interrupção legal da gravidez. **Metodologia:** Foi realizada uma revisão de literatura utilizando os artigos disponíveis na plataforma PubMed e na base de dados Scielo, através da estratégia de busca: aborto AND desafios. A pesquisa resultou em 7 artigos na Pubmed e 31 na Scielo. Após leitura de títulos e resumos, 5 artigos foram selecionados para leitura integral. Foram excluídos trabalhos repetidos, que não abordavam o Brasil e que não relatavam as dificuldades de acesso ao aborto legal. **Resultados:** É perceptível que ainda há divergência entre o que preconiza as políticas públicas de saúde e o real funcionamento do serviço no país. Em partes, isso deve-se à uma existente lacuna resultante da abordagem restrita sobre o tema durante a graduação de profissionais de saúde, para que estes então, atuem de modo favorável à mulheres em situação de aborto legal. Acrescentar-se ainda, um dilema por parte dos profissionais de saúde em relação à prática abortiva: parte defende a atitude como correta profissionalmente e eticamente; parte, sobrepõe os valores morais e coloca o aborto como uma questão moral e/ou religiosa. Outro empecilho para a assistência adequada às mulheres que buscam pelo serviço, é a concentração dele em metrópoles, e a ausência em 7 estados, evidentemente caracterizando uma barreira de acesso. **Conclusão:** Considera-se discutir, ainda durante a formação acadêmica do profissional de saúde, a correta atuação diante de um aborto legal, pois a falta de conhecimento sobre o que é e como proceder e a escassez de estudos interfere na qualidade e efetividade da assistência da saúde pública, que deve ser ofertado de modo universal e equitativo a todas as mulheres, independente de crenças pessoais de cada profissional da saúde.

PALAVRAS-CHAVE: *aborto; gravidez; interrupção.*